

**MOÇAMBIQUE:
Compulsando as migrações internas e internacionais**

Gonçalves Patrício

Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa – ISEG/UL. Docente do Curso de Licenciatura em Sociologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) na Universidade Eduardo Mondlane – Maputo.
patriciovalzim@yahoo.com

RESUMO

Os estudos sobre as migrações têm sido realizados fundamentalmente no contexto Sul-Norte, como se este fosse um movimento unidireccional, quando a realidade mostra que estes fluxos ocorrem também ao nível horizontal, ou seja, dentro das regiões dos países do Sul, como tem sucedido no continente africano. Neste artigo, procuramos reflectir sobre as migrações internas e internacionais, no qual enfatizamos a entrada de estrangeiros que de forma regular e principalmente irregular é cada vez acentuado em Moçambique. O procedimento de recolha e tratamento de dados baseou-se fundamentalmente na consulta bibliográfica e análise documental bem como na análise da informação estatística disponível sobre as migrações em Moçambique. Os resultados da investigação sugerem que a migração e a mobilidade em Moçambique variam em conformidade com a localização regional, perfil histórico, económico e ambiental das regiões. Continua a tendência de imigração para os países vizinhos com destaque para a África do Sul, observando-se concomitantemente a entrada de imigrantes de várias partes do mundo, provenientes na sua maioria de países africanos, que atraídos pela relativa estabilidade socioeconómica e política do país procuram segurança e melhores condições de vida.

Palavras-chave: Moçambique; Imigrantes; Migrações Internas; Migrações Internacionais.

**MOZAMBIQUE:
Compelling internal and international migrations**

ABSTRACT

The Studies on migration have been mainly carried out in the North-South context, as if it were a one-way movement, when the reality is that these flows also occur at the horizontal level, its mean within the regions of the South, as has been in the African continent. This article aims to reflect on the internal and international migration, which emphasize the entrance of foreigners in a regular and especially irregular condition is increasingly pronounced in Mozambique. The procedure of collecting and processing data is fundamentally based on bibliographic, documentary and statistical analysis of some data available on migration in Mozambique. The results of this research suggest that migration and mobility in Mozambique vary according to regional location, historical, economic and environmental profile of the regions. It continues the trend of migration to neighboring countries especially to South Africa,

observing simultaneously the entry of immigrants from several parts of the world, coming mostly from African countries, attracted by the relative socio-economic and political stability of the country, that provide security and better living conditions.

Keywords: Mozambique; Immigrants; Internal Migrations; International Migrations.

MOZAMBIQUE:
Compulsando las migraciones internas e internacionales

RESUMEN

Los estudios sobre las migraciones se han llevado a cabo principalmente en el contexto Norte-Sur, como si se tratara de un movimiento unidireccional, cuando la realidad muestra que estos flujos se producen también en el plano horizontal, es decir, dentro de las regiones del Sur, como se puede observar en el continente africano. Mediante este artículo se pretende hacer una reflexión sobre las migraciones internas e internacionales, en lo cual hacemos hincapié la entrada de extranjeros sea en forma regular e principalmente irregular cada vez más pronunciada en Mozambique. El procedimiento de recolección y procesamiento de datos fueron basados principalmente en la investigación bibliográfica, revisión de documentos y el análisis de los datos estadísticos disponibles sobre la migración en Mozambique. Los resultados de la investigación sugieren que la migración y la movilidad en Mozambique varían según la ubicación, perfil histórico, económico y ambiental de las regiones. Continúa la tendencia de la migración a los países vecinos, especialmente a Sudáfrica, al mismo tiempo que se observa la entrada de inmigrantes de diversas partes del mundo, provenientes en su mayoría de países africanos, que atraídos por la relativa estabilidad socioeconómica y política del país, buscan seguridad y mejores condiciones de vida.

Palabras clave: Mozambique; Inmigrantes; Migraciones Internas; Migraciones Internacionales.

INTRODUÇÃO

Moçambique não é exceção no que toca ao fenómeno dos movimentos migratórios, os quais são características preponderantes das populações locais, assentes nos condicionalismos sociais, económicos e políticos resultantes da descolonização, oportunidades de emprego e de formação, conflitos internos, cooperação internacional e desastres naturais (RAIMUNDO, 2009a, 2011). O movimento migratório de que o país tem sido palco apresenta ramificações aliadas ao seu passado histórico. A migração remonta ao século XV, com a chegada dos portugueses, embora Moçambique já fizesse parte há bastante tempo da rota comercial entre a costa oriental de África e o Golfo Pérsico e a Índia percorrida pelos árabes que se dedicavam ao comércio. Aliás, a própria história dos povos que hoje fazem parte do território moçambicano é resultado das migrações dos povos bantos saídos da África Central.

Na percepção de Raimundo (2011: 196), as migrações devem ser analisadas a partir do seu trajecto histórico, nomeadamente “as migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho migratório para as minas e plantações da África do Sul e plantações da Ex-Rodésia do Sul (Zimbabwe), incluindo os desastres naturais”. Covane (1996) e Wetimane (2012) referem que a configuração geográfica do país concorreu para as movimentações populacionais com os países vizinhos, na época sob domínio britânico: Zimbabwe (Rodésia do Sul), Malawi (Niassalândia), Zâmbia (Rodésia do Norte), Tanzânia (Tanganica) e África do Sul. Este último país, em particular, devido à forte ligação económica, constitui ainda hoje um destino privilegiado, sobretudo laboral, dos moçambicanos.

Nos últimos tempos, a manifesta presença de multinacionais europeias, asiáticas, norte americanas e da América do Sul – que se dedicam à exploração de recursos naturais como: carvão mineral em Tete; gás e petróleo nas províncias de Inhambane e Cabo Delgado; madeira na Zambézia, Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Sofala; ouro, pedras preciosas e semipreciosas em Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado; areias pesadas na Zambézia e Gaza – tem contribuído, em parte, para a ocorrência de migrações internas e internacionais. Arnaldo & Muanamoha (2013) consideram que estes movimentos migratórios com influência na dinâmica da população – ainda que não seja a curto prazo – são igualmente condicionados pela crise económica que se verifica em alguns países da Europa, bem como pela instabilidade socioeconómica e política de que padecem muitos países africanos.

A PRECARIIDADE ESTATÍSTICA E METODOLÓGICA

Embora as migrações estejam ligadas à história de Moçambique e sejam um fenómeno gradual, a falta de informação e de dados surge como um dos entraves para a sua análise. A fraqueza estatística do fenómeno migratório resulta da falta de informação sobre as causas, tipologias e gestão dos fluxos migratórios. Um estudo realizado por Raimundo (2009c), com ênfase nas diásporas, aponta algumas razões desta situação: i) a ausência de dados dos emigrantes no estrangeiro; ii) a falta de estudos sobre fluxos migratórios internos e externos, suas tendências e estratégias de sobrevivência; iii) o facto de os esclarecimentos serem sobretudo originários da comunicação social; iv) os dados sobre Moçambique serem muitas vezes facultados pelas pesquisas feitas pelo Southern African Migration Project

(SAMP) da África do Sul, que nem sempre traduz com rigor as realidades migratórias do país.

As estatísticas oficiais sobre as migrações em Moçambique resultam dos três censos de Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) realizados há mais de duas décadas. Muanamoha & Raimundo (2013) realçam que desde o I RGPH, realizado em 1980, até ao segundo em 1997 e o último recenseamento, realizado em 2007, as várias informações recolhidas não mereceram, todavia, um tratamento de análise substancial por académicos nacionais das várias disciplinas. Algumas excepções são os estudos sobre as migrações interdistritais produzidos por Araújo & Lates (1980) e alguns trabalhos sobre migração laboral, migrações internas e género, assim como migrações forçadas elaborados por autores como Borges (1993), Neves (1998), Covane (1996), Bilale (2007), Muanamoha & Raimundo (2010) e, mais recentemente, Mapengo (2011), Witimane (2012) e Ceita (2013), o que todavia está longe da análise desejável da complexidade dos movimentos migratórios, dadas as tendências crescentes nos últimos tempos.

Alguns autores mostram a complexidade do fenómeno migratório e as implicações para a operacionalização metodológica do seu estudo. A definição dos conceitos, as tipologias migratórias, as motivações dos agentes migrantes ou mesmo o impacto das migrações são, por vezes, difíceis de captar. Como aponta Jackson (1991), quaisquer que sejam as suas causas, a investigação das migrações coloca aos vários estudiosos dificuldades analíticas, já que estes convencionalmente delimitam o seu objecto de análise a partir de uma determinada sociedade. Castles (2010) reconhece existir neste campo interdisciplinar uma falta de conhecimento consensual em relação às migrações, tendo em conta o seu rápido crescimento nas últimas três décadas. Segundo este autor,

como era de se esperar, os novos pesquisadores, na medida em que foram atraídos ao estudo das migrações, têm aplicado as ferramentas conceptuais e metodológicas de suas próprias disciplinas. As estruturas de incentivo da hierarquia académica, baseada na disciplina, fazem este fato difícil de ser evitado. O resultado é que a pesquisa em migrações é fragmentada, com pouca colaboração analítica e metodológica entre as disciplinas. O viés disciplinar tem geralmente significado uma abordagem reducionista, que foca aspectos limitados das experiências migratórias, bloqueando o conhecimento do processo migratório como um todo (CASTLES, 2010, p. 19).

Peixoto (2001) perfilha, igualmente, as dificuldades com que os investigadores se deparam na análise sistemática e na operacionalização dos fenómenos migratórios. As dificuldades analíticas encontradas pelo autor prendem-se com: a diversidade das fontes estatísticas (diferentes formas de registo), a variedade de conceitos utilizados, as unidades

territoriais de base, o grau variável de qualidade das fontes e a complexidade das formas migratórias recentes. Renner & Patarra (1980) advogam que nos estudos migratórios, as fontes de dados (quantitativos) mais utilizadas compreendem os censos, registos de residência, pesquisas por amostragem e estatísticas sobre natalidade e mortalidade, embora nem sempre correspondam aos objectivos perseguidos pelos investigadores, de modo que o trabalho de campo constitui uma saída para o estudo aprofundado deste fenómeno.

AS MIGRAÇÕES INTERNAS

Após a independência em 1975, o movimento das populações dentro das fronteiras internas e internacionais intensificou-se devido sobretudo à guerra civil que se seguiu, com impacto a todos os níveis, desde climáticos e ambientais, passando pela urbanização acentuada com ausência de planificação urbana, dando às cidades por vezes características de cidades-rurais. Muanamoha & Raimundo (2013) são apologistas de que depois da independência o país assinalou um aumento da movimentação de população que adveio de factores políticos, o conflito armado de 16 anos, as incursões armadas dos países vizinhos, realizadas na época pela África do Sul e ex-Rodésia (Zimbabwe), bem como factores ambientais cíclicos tais como cheias, ciclones e secas. Todas estes factores, além de outros, concorreram para a rápida urbanização do país, com todas as consequências socioeconómicas e culturais daí decorrentes.

Mapengo (2011) acrescenta ao factor guerra, outras causas como os desequilíbrios do *modus vivendi* económico e o desenvolvimento social da população urbana em relação à população rural. As assimetrias entre o campo e a cidade constituem um chamariz para as populações rurais menos desenvolvidas, devido à existência de infra-estruturas e oportunidades sociais e económicas nas cidades¹. Este tipo de migração rural-urbano resulta também, segundo Raimundo (2009b), das políticas socialistas traçadas pelo Estado moçambicano que desembocaram em imperfeições na economia rural, bem como no insucesso do desenvolvimento cooperativista, que se supunha iria estimular o desenvolvimento rural através da criação de aldeias comunais².

¹ Araújo (2003) considera que a atracção dos agentes migrantes para as cidades é em função da distância. Os imigrantes das principais cidades moçambicanas são oriundos das províncias onde elas se situam, sendo o seu peso mais reduzido à medida que as distâncias aumentam. A partir do censo demográfico de 2007, o autor mostra que 80% dos imigrantes da capital de Moçambique (Maputo) provêm das províncias do sul do rio Save (Maputo-Província, Gaza e Inhambane), enquanto na cidade da Beira 90% dos imigrantes são provenientes da Província de Sofala.

² Ver também Yussuf (2006), Geffray (1991), Casal (1996) e Araújo (1988).

O projecto da “modernização autoritária”, através da concentração de pessoas – maioritariamente camponeses – nas aldeias comunais teve resultados negativos, como Raimundo (2009b) e outros autores sugerem. Para os detentores do poder, a ideia subjacente era de que os camponeses se deviam concentrar nas aldeias comunais, para que estas se transformassem social e culturalmente, tendo a base produtiva e económica assente nas empresas estatais e cooperativas. As pessoas reagiram abandonando aqueles locais e dirigindo-se para as cidades ou retornando ao anterior modo de vida campestre.

Nos estudos sobre as migrações internas e os espaços urbanos em Moçambique, Araújo (1990) observa que a falta de acompanhamento socioeconómico dos movimentos migratórios do campo para as cidades, para além do deficiente ordenamento das mesmas, conduziu a um acentuado nível de pobreza das famílias que vivem nas suas periferias, ao aumento do desemprego, bem como à emergência de problemas ambientais que advêm do uso intensivo das florestas que existem na cintura das cidades. O autor refere ainda que no continente africano em geral e em Moçambique em particular, a tendência crescente dos movimentos migratórios do campo para as cidades desencadeia uma transferência cultural que, aliada a relações conflituosas e desiguais, leva ao surgimento de espaços de segregação caracterizados por um proeminente dualismo rural-urbano,

que se apresenta de forma visual e oposta em que a dimensão do fenómeno migratório gradualmente cria a sua própria cultura no meio de antagonismos de vária ordem, onde prevalecem por bastante tempo atitudes, hábitos e comportamentos rurais dando origem a um fenómeno que apesar de transitório ruraliza os espaços urbanos (ARAÚJO, 2003, p. 166).

O Relatório do Ministério do Plano e Finanças (MPF, 1998) aponta que a “avalanche” de migrantes internos, principalmente aquela que é feita de forma unidireccional campo-cidade, por razões relacionadas com a guerra e o retorno de deslocados e refugiados sem acompanhamento de condições sociais para o enquadramento desta população, condicionou a distribuição espacial em Moçambique. As migrações são fundamentalmente campo-cidade e cidade-cidade. Os novos investimentos à escala nacional, por exemplo, os corredores de desenvolvimento de Maputo, Beira e Nacala são pólos atractivos na procura de emprego e com impacto na redistribuição espacial da população.

Os pressupostos por detrás da ocorrência dos movimentos migratórios em Moçambique envolvendo vários segmentos da sociedade – indivíduos (incluindo quadros qualificados), famílias inteiras e mesmo grupos – são complexos. As causas e a decisão de migrar, embora se relacionem com questões económicas, como muita literatura sobre

migrações sugere, podem estar assentes em vários factores conjugados (políticos, socioeconómicos e culturais) encontrados no local de acolhimento. A migração e a mobilidade em Moçambique variam em conformidade com a localização regional, perfis histórico, económico e ambiental, realizando-se “em forma de trabalho migratório, movimentos pendulares e circulação de pessoas e bens entre fronteiras regionais – comércio transfronteiriço” (RAIMUNDO, 2009^a, p. 15).

Raimundo (2009c) mostra ainda uma pluralidade de causas que concorrem para a migração em Moçambique. Olhando para as causas económicas, sendo o país basicamente agrícola, onde a maior parte dos indivíduos vive no campo – mais de 70% – em situação de pobreza, a migração para os centros urbanos, para a vizinha África do Sul ou o comércio transfronteiriço constituem estratégias – embora nem sempre triunfantes – para melhorar as condições de vida. As cidades são apelativas, existem muitas infra-estruturas socioeconómicas e culturais, por comparação com o campo, o que permite encontrar empregos formais ou, na falta destes, ingressar no sector informal, bastante enraizado nas cidades e vilas moçambicanas³.

Os movimentos internos como resultantes, além dos conflitos armados, da diferenciação de desenvolvimento socioeconómico entre as regiões, faz com que os agentes migrantes procurem outras regiões atractivas, com melhores oportunidades individuais. As mulheres constituem um segmento cada vez maior neste tipo de movimento, trabalhando em sectores de actividade menos especializados como a agricultura, pesca, comércio informal ou trabalho doméstico, a que se soma a tendência crescente de mulheres “Mukheristas”, que praticam o comércio transfronteiriço nas regiões sul, centro e norte do país (MPF, 1998; OIM, 2010).

O contexto migratório moçambicano, na sua generalidade, sugere uma forte movimentação interna entre as regiões e províncias do país (quadro 1), apresentando uma migração interna acumulada significativa, cujos saldos migratórios⁴ negativos são visíveis sobretudo nas províncias de Inhambane, Gaza e Zambézia com (-205.680), (-188.211) e (-144.459) indivíduos, respectivamente. Em relação aos imigrantes internos (absolutos), os

³ Outro aspecto referido por Raimundo (2009c) é a questão dos conflitos de terra. Em Moçambique, a terra pertence ao Estado e os indivíduos só podem fazer o uso e aproveitamento da mesma mas, na prática, a terra é vendida e serve de hipoteca. Os conflitos de terra entre os camponeses, empresários e o Estado, onde muitas vezes estes últimos saem a ganhar, fazem com que os camponeses estejam desprovidos de terras, optando por emigrar das suas zonas rurais para as urbes.

⁴ O Saldo Migratório (migração líquida acumulada) obtém-se pela diferença entre imigrantes e emigrantes acumulados nessa província. Emigrantes acumulados são todos aqueles que nasceram nessa província e que na data do censo se encontravam a residir numa outra província. Imigrantes acumulados são todos os indivíduos que na data do censo residiam nessa província e que nasceram noutra província (MUANAMOHA & RAIMUNDO, 2013).

números mais relevantes registam-se nas províncias de Maputo-Província com 453.347, Maputo-Cidade 343.919, Sofala 171.298 e Manica com 157.669 indivíduos. Quanto aos emigrantes internos (absolutos), o destaque vai para as províncias de Inhambane com 272.806, Gaza 251.660, Maputo-Cidade 243.108, Zambézia 211.462, Sofala 160.390 e Nampula com 98.882 emigrantes.

Quadro 1 – Volume de Migração Interna Acumulada por Província (2007)

| Província | Imigrantes internos (absolutos) | Emigrantes internos (absolutos) | Saldo Migratório (absoluto) |
|------------------|---------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Niassa | 45.480 | 35.962 | 9.518 |
| C. Delgado | 40.947 | 48.791 | -7.844 |
| Nampula | 97.574 | 98.882 | - 1.308 |
| Zambézia | 67.003 | 211.462 | - 144.459 |
| Tete | 41.289 | 87.020 | - 45.731 |
| Manica | 157.669 | 53.519 | 104.150 |
| Sofala | 171.298 | 160.390 | 10.908 |
| Inhambane | 67.126 | 272.806 | - 205.680 |
| Gaza | 63.449 | 251.660 | - 188.211 |
| Maputo-Província | 453.347 | 85.501 | 367.846 |
| Maputo-Cidade | 343.919 | 243.108 | 100.811 |
| Total | 1.549.101 | 1.549.101 | - |

Fonte: Muanamoha & Raimundo (2013), a partir dos dados do censo de 2007.

Muanamoha & Raimundo (2013) concluem que há uma tendência dos emigrantes das províncias nortenhas para se deslocarem para as províncias vizinhas dentro da mesma região. Este tipo de migração é análoga aos emigrantes da região centro e sul. A província da Zambézia e a cidade de Maputo revelam algumas exceções. No primeiro caso, os emigrantes distribuem-se por quase todas as regiões de Moçambique e no segundo, Maputo-Cidade acolhe migrantes de todas as províncias, com destaque para as do sul de Moçambique.

Visto a partir da dinâmica migratória do censo de 2007, estes autores distinguem as províncias em três tipos: i) as províncias de Manica e Maputo-Província como sendo as de imigração interna; ii) Zambézia, Tete, Inhambane e Gaza, de emigração interna; e iii) as províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Maputo-Cidade e Sofala alternam entre uma tendência e outra, ou seja, são ora províncias de imigração ora de emigração. Em relação aos emigrantes internos, a tendência de emigrar é predominante nos jovens solteiros.

Na região sul, a migração interna feminina é maior que nas regiões centro e norte, de predominância masculina. No período compreendido entre 2006-2007, Muanamoha & Raimundo (2013) observam que nas províncias de imigração:

Os emigrantes foram predominantemente mulheres em Maputo-Província (51.5%), e maioritariamente do sexo Masculino em Cabo Delgado (60.4%), Nampula (56.9%) e Manica (53.1%). Entre as províncias de emigração em 2007, houve predominância de homens entre os emigrantes de Niassa (56.8%), Zambézia (60.6%), Tete (52.8%), Sofala (55.7%) e Maputo-Cidade (50.2%), enquanto o predomínio de mulheres verificou-se em Inhambane (52%) e Gaza (54.9%) (MUANAMOHA & RAIMUNDO, 2013, p. 175).

É notável a preponderância migratória das mulheres em Moçambique. Actualmente não constitui um acto eminentemente masculino, o que deita abaixo a visão androcêntrica que se tem sobre as migrações. No entanto, as mulheres não emigram nas mesmas condições que os homens. A sua mobilidade espacial é sumamente confrontada com os constrangimentos socioculturais que caracterizam a maior parte das sociedades africanas como, por exemplo, a vigilância exercida por parte da comunidade, as tradições patriarcais que lhes limitam as oportunidades e liberdades ou a discriminação contra certos grupos de mulheres - mães ou mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas (CARITAS INTERNATIONALIS, 2010).

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Em Moçambique, a emigração internacional está mais direccionada para os países da região, sobretudo para a África do Sul⁵, país com o qual, como referimos, tem confluências históricas. A África do Sul é o principal destino dos fluxos laborais, para além de imigrantes ilegais provenientes da região austral. Após a independência deste país em 1910, duas décadas depois com a descoberta de ouro na região de Witwatersrand, já existia um sistema de contratação de força laboral estrangeira que absorvia por ano cerca de 200.000 trabalhadores africanos não qualificados provenientes de Moçambique, Botswana, Lesotho, Malawi, Zimbabwe e Swazilândia.

⁵ Segundo Vidal (2008), a partir de 1850 começam a chegar os primeiros migrantes à África do Sul, para trabalharem nas plantações das colónias britânicas do Natal. Em 1886, os emigrantes cruzam as fronteiras com a descoberta de minas de ouro na região de Joanesburgo. Na época, os trabalhadores brancos eram insuficientes, pelo que era necessário recorrer ao recrutamento de mão-de-obra estrangeira. Por meio do governo colonial português, Moçambique assegurou a cooperação com o envio de indígenas para as minas. Assim, o governo colonial cobrava taxas de exportação de mão-de-obra através dos rendimentos dos mineiros.

O emprego de mão-de-obra estrangeira transformou a África do Sul num país “cobiçado”, com tentáculos de dependência dos Estados de toda a região austral, na sua generalidade pouco industrializados. A procura de mão-de-obra para fazer face ao crescimento económico converteu o país num pólo atractivo para os imigrantes laborais dos países circunvizinhos. Em 1960 e 1970 o país comportava, respectivamente, 586.400 e 489.200⁶ trabalhadores estrangeiros africanos, cujas principais áreas de emprego eram sobretudo o sector mineiro, agrícola e indústria manufactureira⁷ (CIDOB, 2004).

A presença de trabalhadores moçambicanos na África do Sul manteve-se elevada desde a descoberta de ouro, o que causou grande impacto no processo de desenvolvimento económico daquele território. Como ilustra o gráfico 1, o período “dourado” de mão-de-obra moçambicana correspondeu aos anos entre 1972 e 1976, com 121.708, 127.128, 150.738 e 111.257 trabalhadores por ano, respectivamente. O pico correspondeu ao ano de 1975 (150.738 trabalhadores), tendo decaído progressivamente desde aí. Este declínio tem a ver, entre outras causas, com a conjuntura em que se deu o processo de libertação de Moçambique. Após a proclamação da independência nacional em 1975, as relações entre os dois países tornaram-se tensas, tendo a África do Sul reduzido a mão-de-obra moçambicana nas minas.

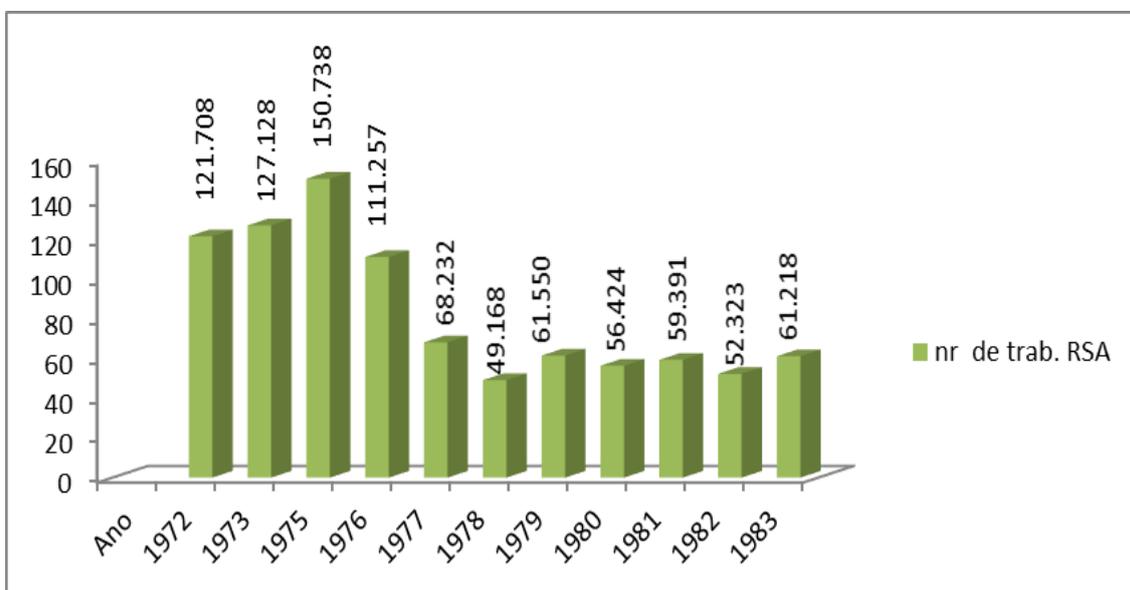


Gráfico 1 – Trabalhadores Moçambicanos na RSA entre 1972-1985.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados de De Vletter (1985).

⁶ Esta redução deveu-se a legislação laboral de 1963 que “proibia a contratação de mulheres e famílias desde Botswana, Lesotho e Swazilândia” (CIDOB, 2004, p. 48).

⁷ Na actualidade, para além do sector mineiro, as explorações agrícolas, de cítricos, cana, banana, tomate, batata reno e outras culturas, bem como empregos formais na indústria e comércio e actividades informais têm sido representativos em termos de mão-de-obra estrangeira, incluindo moçambicanos.

Entre 1976-1983, visando modificar a correlação de forças e impedir a “influência comunista” na região austral, a África do Sul inicia um processo de desestabilização militar e económica contra alguns países vizinhos, sendo Moçambique, para além de Angola, o alvo privilegiado. O apoio que Moçambique prestava – assente no paradigma socialista – aos movimentos de libertação nacional dos países vizinhos incluindo o *African National Congress* (ANC) da África do Sul, levaram o regime do *apartheid* a retaliar, com incursões armadas no interior de Moçambique, apoio armado ao movimento da RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), bem como pressões económicas traduzidas na redução do número de mineiros moçambicanos e na restrição do tráfego de mercadorias para o Porto de Maputo (PATRÍCIO, 2011). A redução unilateral de mão-de-obra moçambicana na África do Sul foi acompanhada, em 1978, como refere Hernandez (2009, p. 73), por exemplo, pela anulação da cláusula *gold option*, a qual regulava “as transferências diferidas em ouro pela contratação de moçambicanos para as minas. Esta situação diminuiu ostensivamente o ingresso de divisas para Moçambique de cerca de 150 e 175 milhões de dólares em 1975 para 15 milhões no ano de 1978”.

Outro aspecto a ter em conta na redução de mineiros moçambicanos no período 1977-1983 prende-se com a crise de algumas minas e novas legislações laborais que restringiam os trabalhadores estrangeiros. Muanamoha (2008) consubstancia estas causas, referindo-se a um novo contorno da migração laboral a partir da década de 90. Entre 1996-2005⁸, por exemplo, registou-se uma redução de 56.000 para 46.000 trabalhadores. O declínio de trabalhadores estrangeiros, incluindo moçambicanos, deveu-se, entre outros factores: às novas leis migratórias sul-africanas, as quais fixavam quotas de trabalhadores estrangeiros nas companhias mineiras, com vista a promover a mão-de-obra nacional; ao fecho de algumas minas de ouro; à idade avançada dos mineiros moçambicanos, dos quais 75% tinham mais de 48 anos, quando a idade de reforma nas minas era de 55 anos; e à elevada mortalidade no seio dos mineiros moçambicanos causada pelo SIDA (MUANAMOHA, 2008).

Devido à redução unilateral de trabalhadores moçambicanos pela África do Sul, e como forma de contornar a fraca contratação de mão-de-obra deste país, entre 1978-1990, no contexto da sua “revolução socialista” e da abertura aos países do Leste, Moçambique enviou cerca de 21.000 trabalhadores para a antiga República Democrática Alemã (RDA),

⁸ Importa referir que em 1996, dois anos depois da vitória do ANC, algumas leis migratórias foram criadas com o objectivo de resguardar alguns direitos da força laboral estrangeira através da regularização dos “imigrantes casados e com filhos na África do Sul ou com mais de 5 anos a trabalhar no país. Cerca de 350.000 estrangeiros beneficiaram-se com estas medidas sendo abrangidos 90.000 moçambicanos” (CIDOB, 2004, p. 450).

os quais foram incorporados como mão-de-obra pouco especializada nos sectores automobilístico, mineiro (carvão), têxtil e agrário, enquanto outros foram direccionados para formação técnico-profissional. Os argumentos à volta do envio dos jovens trabalhadores para a RDA, além da causa acima apontada, relacionavam-se com a necessidade de amortizar a dívida externa contraída com este país, que se tornara insustentável, avaliada em 1979 em 200 milhões de marcos (DM). Uma década depois, em 1990, com a extinção da RDA, a República Federal Alemã (RFA) avaliou a dívida em 450 milhões de USD (GUERRA, 2012).

Muitos dos que emigram para a África do Sul não o fazem pelas vias formais. Como alude Muanamoha (2008), os indocumentados constituem um número elevado de moçambicanos que, através das fronteiras com outros países vizinhos, têm feito movimentos migratórios sem o controlo das entidades oficiais. De acordo com o relatório do Anuário Internacional (CIDOB, 2004) em 2004, estimava-se em cerca de 3 a 4 milhões de imigrantes provenientes sobretudo de Moçambique⁹, Zimbabwe, Botswana, Swazilândia, Malawi e Zimbabwe. A maioria destes agentes migrantes não é qualificada. Os poucos qualificados concentram-se sobretudo na província de Gauteng, onde se encontram as cidades de Joanesburgo e Pretória.

Para o caso dos moçambicanos na condição de migrantes regulares ou irregulares na África do Sul as razões apontadas são diversas. Para De Vletter (2006), as razões da ida para a África do Sul prendem-se com o facto de, apesar do crescimento económico de Moçambique ser positivo, o desenvolvimento está ligado aos megaprojectos, capitais intensivos, que limitam a absorção dos trabalhadores nacionais não qualificados. Este autor considera que devido à saturação do sector informal nas cidades, estas já não constituem um atractivo para a mão-de-obra rural excedentária. A estes factores somam-se as condições climáticas desfavoráveis, como secas e cheias, bem como a abolição de vistos, que força muitas famílias a procurar emprego na terra do *Rand* (África do Sul).

A conclusão a que chega Muanamoha (2008) sobre as causas subjacentes à emigração de indocumentados para a África do Sul entre 1980-2004, a partir de um estudo realizado nos distritos de Magude e Chokwé, é que esta está ligada à procura de emprego, seguido da unificação familiar. A guerra civil é apontada como um dos factores determinantes dos movimentos transfronteiriços, pois estes distritos fazem fronteira ou estão próximos da África do Sul. Magude faz fronteira com este país, enquanto Chokwé faz limite com o distrito de Magude que, por sua vez, serve de “trampolim” para aquele país.

⁹ Em 1995, tinham sido repatriados 131.689 refugiados moçambicanos, principalmente através da fronteira de Ressano Garcia na Província de Maputo (MONTCLOS, 1997).

Deve-se acrescentar que muitas destas populações acabaram por se fixar nas províncias fronteiriças com a África do Sul, mesmo depois de a guerra ter findado em 1992. A partir daqui movimentaram-se para as grandes cidades sul-africanas.

Para os imigrantes moçambicanos, regulares ou irregulares, a busca de melhores condições de trabalho e os salários elevados oferecidos na região de destino, em relação à de origem – nem sempre verificáveis – constituem uma atracção determinante aquando da decisão de emigrar. Segundo De Vletter (2006), as remessas enviadas da África do Sul para as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, na região sul de Moçambique, jogam um papel importante na aquisição de diversos bens e serviços para a melhoria de vida das famílias. Os ganhos económicos com impacto nas suas terras de origem têm a ver com factores associados às elevadas remunerações na África do Sul, ao tipo de compromisso dos trabalhadores migrantes no envio de remessas aos seus familiares e à história migratória das famílias. As famílias com tradição migratória para a África do Sul – por vezes de várias gerações – tendem a acumular mais do que as outras, mais recentes na dinâmica migratória. Daí o fascínio dos jovens em relação à emigração para aquele país – a todo o custo – mesmo sem a regularização dos documentos requeridos.

De igual forma Araújo & Muanamoha (2011) mostram que a migração de indocumentados para a África do Sul é uma estratégia de sobrevivência para muitas famílias do sul de Moçambique. As remessas enviadas, tal como no contexto africano em geral, têm sido usadas, em primeiro lugar, para o consumo quotidiano dos agregados familiares, estendendo-se posteriormente para a implementação de pequenos negócios, construção de habitações melhoradas, educação dos filhos, bem como para o pagamento do *lobolo*¹⁰/casamento e de dívidas. Estes autores, assim como De Vletter (2006), reconhecem que a capacidade de enviar remessas da África do Sul para Moçambique tem a ver com o período de estadia e o nível de rendimento obtido naquele país, variando também em função da experiência acumulada, dos rendimentos obtidos e do tipo de actividade exercida na África do Sul. Os moçambicanos naquele país que trabalham nas indústrias remetem valores monetários mais elevados do que os que se encontram a trabalhar nas explorações agrícolas (DE VLETTER, 2006; ARAÚJO & MUANAMOHA, 2011).

A aplicação das remessas pelos emigrantes moçambicanos também pode ser percebida através do trabalho de campo realizado por Farré (2010) no distrito de Massinga (círculo de Quême), província de Inhambane. As prioridades apontadas pelos emigrantes provenientes da África do Sul para aquele distrito são para a:

¹⁰ Dote que pode ser monetário ou em espécie.

i) construção de casas de alvenaria ou chapas de zinco e depósitos de água; ii) ritos e cerimónias (casamento e/ou pela igreja); iii) realização de cerimónias para os mortos, seja um membro familiar morto recentemente ou há algum tempo que, por alguma razão, o defunto exigiu ou alguém recomenda a realização duma cerimónia; iv) investimento no transporte. Compra de carros *pick ups* “Isuzu” para o transporte entre a estrada nacional e algum ponto do interior da província; v) compra de animais, porcos, cabritos e vacas para a sua reprodução e venda em pequena escala, no caso dos bois para alugar a vizinhança; vi) compra de terra no distrito de Massinga (FARRÉ, 2010, p. 226, 240)¹¹.

O movimento migratório de moçambicanos para a África do Sul, bem como para outros países da região, também tem sido associado compulsivamente à guerra civil, factor de grande relevância devido à sua duração e impactos que trouxe à mobilidade de vários segmentos da população. Baden (1997) e Waterhouse & Lauriciano (2010) consideram que o conflito armado foi propulsor do êxodo migratório (deslocados e refugiados) entre 1976-1992. De acordo com os dados do ACNUR (1995), a guerra originou a fuga de 1.7 milhões de pessoas para os países vizinhos, como o Zimbabwe, Swazilândia, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul, tornando Moçambique detentor da maior população refugiada em África e o terceiro no mundo, depois do Afeganistão e da Palestina.

A assinatura dos Acordos de Paz, em 1992, permitiu o regresso dos refugiados a um país destruído pela guerra, desestabilização e seca. No primeiro trimestre de 1992 foram registados pelas autoridades moçambicanas, em parceria com o ACNUR, cerca de 180.000 retornados, tendo os números aumentado progressivamente nos anos subsequentes. Em 1993 retornaram 580.000 pessoas e em 1994 regressavam, por semana, em média, 17.000, o que totalizou cerca de 880.000 indivíduos ao longo de 12 meses (ACNUR, 1995). Pela sua localização geográfica (figura 1), as províncias de Tete (790.000), Zambézia (284.000), Manica (196.500) e Niassa (195.500) foram as que mais retornados acolheram, sendo depois a partir destas que as pessoas procuraram refúgio nos países vizinhos (ACNUR, 1995).

¹¹ De Vletter (2006) aproxima-se das conclusões do estudo feito por Farré (2010). Segundo o autor, as remessas são usadas, para além da construção de casas melhoradas, para a compra de carrinhas de caixa aberta (4x4), bombas de irrigação e investimentos no sector informal para os membros das famílias.



Figura 1 – Repatriamento de Refugiados para Moçambique
Fonte: ACNUR (1995).

Para além dos refugiados, Baden (1997) avança com estimativas de 4 a 5 milhões de deslocados internos¹², incluindo um considerável número de moçambicanos que emigraram para Portugal, sobretudo aqueles que estavam cépticos ou contra o novo regime instituído. Nesse período, as populações que viviam nas zonas fronteiriças tornaram-se refugiados nos países vizinhos, enquanto outros se deslocaram para as zonas urbanas ou costeiras. No entanto, o fim dos conflitos armados não significou o fim abrupto dos fluxos migratórios. Costa (2002) enfatiza que, o retorno dos afectados pela guerra às cidades não foi célere nem intenso, de acordo com as previsões e estimativas da ONU. Segundo a autora, “depois de num período inicial um número considerável de refugiados e deslocados ter regressado, os fluxos populacionais seguintes foram mais dilatados no tempo e não foram irreversíveis” (COSTA, 2002, p. 83).

Os “Estranhos” Silenciosos

A nova constituição multipartidária em 1989, aliada ao fim das hostilidades depois de uma guerra civil prolongada, que culminou com o AGP (Acordo Geral de Paz) em 1992, à descoberta e exploração de recursos naturais, aos investimentos directos estrangeiros, entre outros, conduziram à estabilidade social, económica e política, que

¹² A autora refere que, no total, cerca de 8 milhões de indivíduos foram obrigados a movimentar-se devido à guerra civil.

constituem factores atractivos de agentes migrantes de vários continentes, com destaque para os imigrantes africanos. Actualmente, Moçambique regista um *boom* de estrangeiros que se fixam um pouco por todo o território, sobretudo nas regiões centro e norte do país. Os factores repulsivos em alguns países, como a crise económica, a instabilidade política, conflitos armados e outros, condicionam de igual modo a “corrida” para Moçambique, que é hoje considerado um país estável, pelo menos ao nível da África Austral¹³.

Importa referir também que, pouco depois da independência, verificaram-se movimentos migratórios de carácter político, em que indivíduos ou grupos de indivíduos procuravam apoio moral, e mesmo material, junto do governo para as suas causas libertadoras. Como referem Sarmiento et al. (2009) estes movimentos eram constituídos por:

Migrantes políticos, guerrilheiros e activistas da África do Sul, Zimbábue, Palestina, Timor-Leste que lutavam pela libertação dos seus povos. Esta onda de migração forçada e legal durou cerca de cinco anos para os zimbábueanos, mais de uma década no caso dos sul-africanos, mais de 20 anos para os timorenses e permanece uma abertura para o caso dos palestinos. Muitos destes regressaram as suas origens de tal forma que esta onda de imigrantes não foi problemática do ponto de vista demográfico e permaneceu selectiva em relação as nacionalidades (SARMENTO et al., 2009, p. 23).

Sarmiento et al. (2009) analisam os fluxos migratórios internacionais a partir de três vagas sucessivas, sem contudo enquadrar o espaço temporal em que foram realizados. A primeira, constituída por portugueses que haviam saído do país e que retornavam para, alegadamente, recuperar “os bens deixados após a independência” (SARMENTO et al., 2009, p. 23). A segunda, composta fundamentalmente de actores migrantes asiáticos, com ênfase para as nacionalidades paquistanesa e bengali, que almejavam atingir melhores condições socioeconómicas através do comércio. Na terceira, a mais recente, predominam os estrangeiros oriundos de todos os continentes: os provenientes da Ásia, constituídos maioritariamente por chineses, indianos, paquistaneses e bengalis; os procedentes do Médio Oriente, onde se destacam os libaneses; e da América, os brasileiros.

Os autores registam também nesta terceira vaga a entrada massiva de imigrantes africanos, sobretudo da Região Austral, dos Grandes Lagos, da África Ocidental e Oriental. Mesmo não apresentando dados empíricos que sustentem as suas teses, consideram que os sul-africanos e zimbábueanos constituem os principais grupos de imigrantes da África

¹³ Desde 2013 a 2016 tem-se registado confrontos militares, sobretudo na região centro do país, entre as forças governamentais e a RENAMO, o maior partido da oposição, o que sugere uma ameaça a essa estabilidade.

Austral, enquanto dos Grandes Lagos se destacam os burundienses e os congolezes. Da África Ocidental, predominam os senegaleses, nigerianos, malianos, cidadãos do Benim e da Guiné. Por sua vez, os etíopes, quenianos e somalis constituem os grupos maioritários provenientes da África Oriental (SARMENTO et al., 2009)¹⁴.

Com algumas convergências com Sarmiento et al. (2009), consideramos no entanto que, actualmente, a maioria dos fluxos migratórios são provenientes dos Grandes Lagos (Ruanda, Uganda, Burundi, Sul da RDC) e do Corno de África (Etiópia, Somália, Sudão), vindo em números mais modestos da África Ocidental (Nigéria, Mali, Serra Leoa, Senegal, Togo, Guiné), do Médio Oriente e Ásia (Líbano, Síria, Paquistão, Índia, Bangladesh, China, Vietname). Ao nível dos PALOP, há cada vez mais imigrantes oriundos, de Portugal e do Brasil, mas também da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Cabo Verde. Da África Austral, destacam-se o Zimbabwe, África do Sul, Malawi e Zâmbia.

Em Moçambique, como referenciamos anteriormente, os dados das estatísticas migratórias internas e internacionais são contraditórios. Se olharmos para o III e último RGPH de 2007, os dados apontavam para a existência de um total de 206.906 estrangeiros a residir em Moçambique, enquanto o World Migration Report (2010) referia existirem 406.000 estrangeiros em 2005 e 450 mil imigrantes em 2010 (gráfico 2). Como se pode observar, as discrepâncias são consideráveis, registando-se uma diferença de quase o dobro (199.094 estrangeiros) entre ambos os números relativos a 2005 e 2007.

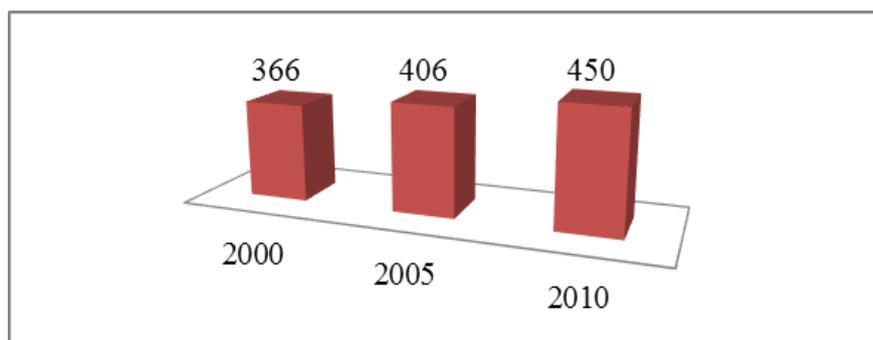


Gráfico 2 – Evolução de Estrangeiros em Moçambique entre 2000-2010 (milhares)
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do World Migration Report (2010).

¹⁴ Deve-se compreender que esta tentativa de classificação da proveniência dos imigrantes foi feita em 2009. A dinâmica migratória actual aponta não só para a subida do número de imigrantes, mas também para a maior diversificação da sua proveniência. Esta discrepância espacial e temporal que se nota nos estudos das migrações é intrínseca à sua complexidade e actualização.

Moçambique: compulsando as migrações internas e internacionais
Gonçalves Patrício

Quadro 2 – Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Países Africanos) – 2007

| País de Origem | Estrangeiros |
|-----------------------|---------------------|
| Malawi | 74.996 |
| Zimbabwe | 24.612 |
| África do Sul | 8.613 |
| Tanzânia | 7.406 |
| Cabo Verde | 6.560 |
| Zâmbia | 5.753 |
| Congo Brazzaville | 2.320 |
| R.D. Congo | 1.465 |
| São T. Príncipe | 1.192 |
| Angola | 985 |
| Burundi | 898 |
| Swazilândia | 870 |
| Guiné Conacri | 829 |
| Ruanda | 737 |
| Nigéria | 532 |
| Serra Leoa | 430 |
| Guiné Conacri | 829 |
| Guiné Bissau | 365 |
| Senegal | 352 |
| Somália | 231 |
| Maurícias | 224 |
| Quênia | 204 |
| Togo | 177 |
| Níger | 126 |
| Guiné Equatorial | 109 |
| Seicheles | 105 |
| Tunísia | 100 |
| Gâmbia | 93 |
| Lesotho | 66 |
| Etiópia | 64 |
| Botswana | 55 |
| Namíbia | 54 |
| Sudão | 51 |
| Madagáscar | 18 |

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007).

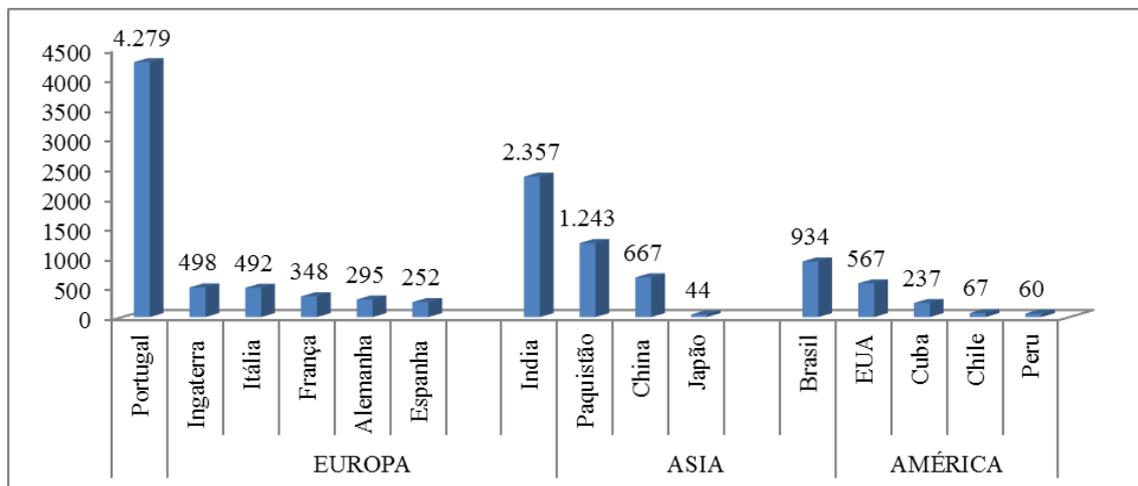


Gráfico 3 – Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Europa, Ásia, América) – 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007).

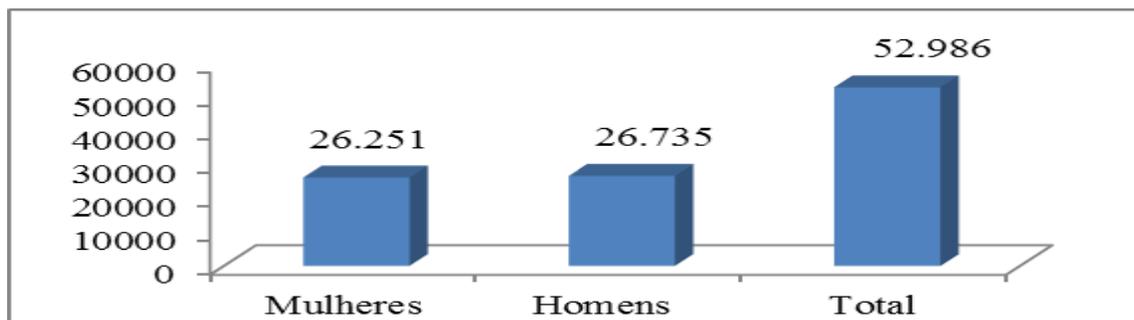


Gráfico 4 – Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique de outros Países Não Especificados – 2007
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007).

Os dados acima apresentados (quadro 2 e gráfico 3) revelam que a maior parte dos imigrantes que se encontram em Moçambique são provenientes sobretudo dos diversos países africanos e apenas em números mais reduzidos de outros continentes. Para o caso do continente africano, países como o Malawi (74.996), Zimbabwe (24.612), África do Sul (8.613), Tanzânia (7.406), Cabo Verde (6.560) e Zâmbia (5.753) são os mais representativos. Da Ásia, destacam-se a Índia (2.357) e o Paquistão (1.243), da América, o Brasil (934), enquanto da Europa, sobressai Portugal (4.279). Estes dados devem, no entanto, ser vistos com cautela pois já não reflectem a realidade actual. A entrada de migrantes tanto em situação irregular como regular acabam por “deitar abaixo” as estatísticas oficiais dos estrangeiros em Moçambique.

Os imigrantes que procuram Moçambique desenvolvem várias actividades, fundamentalmente no comércio formal ou informal, engrossando a actividade neste último sector, onde já trabalham mais de 70% dos nacionais. Sarmiento et al. (2009) apontam que a maior parte dos imigrantes africanos são camponeses e comerciantes com baixo nível de escolaridade. Na caracterização que fazem dos mesmos, consideram os sul-africanos como indivíduos que pertencem à classe média e possuem uma escolarização elevada em relação aos outros imigrantes africanos. Estes são geralmente detentores de contrato de trabalho em empresas sul-africanas baseadas em Moçambique.

Quanto aos imigrantes de outros continentes, ainda Sarmiento et al. (2009) constatarem que os portugueses e brasileiros pertencem à classe média/alta, sendo contratados para ocupar posições cimeiras nas empresas. Têm a vantagem de dominar a língua oficial, o que facilita o seu processo de integração. Enquanto isso, os chineses e os paquistaneses constituem um grupo notável no panorama citadino do país. Os indivíduos destas últimas nacionalidades são vistos *a priori* como desfavorecidos que procuram melhorar a sua condição socioeconómica através da prestação de serviços, sobretudo nas empresas de construção civil, no caso dos primeiros, e no sector comercial, no dos

segundos, cuja rápida prosperidade é por vezes questionada, por se considerar que o fazem por meios ilícitos.

Um estudo realizado por Patrício (2015) na região norte de Moçambique, mostra que na sua maioria os imigrantes são provenientes sobretudo dos países dos Grandes Lagos (Burundi, Congo, Ruanda e Uganda), Corno de África (Etiópia, Somália e Sudão) e em menor escala oriundos da África Ocidental, sobretudo (Guiné Conacri, Nigéria e Malí). Muitos deles entram na condição de refugiados, exceptuando os provenientes da África Ocidental. Uma vez em território nacional, a entrada no sector informal constitui a principal actividade para a sua sobrevivência, pois muitos já a praticavam nos seus países de origem, constituindo, assim, um contínuo na forma de captação de rendimentos. Patrício (2015) admite ainda que estes estrangeiros africanos contribuem para o desenvolvimento das zonas urbanas e rurais do país, mesmo se feito a partir do sector informal. A criação de empreendimentos por estes, – ainda que precários – entre outros, permite a diversificação das actividades económicas, proporcionando vários serviços à população local - que o Estado não pode suprir- embora, por vezes, se faça a partir de uma representação ambivalente de “odiados e queridos”. No primeiro caso, ao lhes serem imputados desvios sociais condenáveis e, no segundo, quando se lhes apontam comportamentos económicos exemplares que induzem ao desenvolvimento nas regiões de acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deslocação de indivíduos para diferentes espaços territoriais internos e além-fronteiras, é cada vez acentuada e assume proporções que afectam a maior parte das regiões do continente africano, onde Moçambique não está isento do fenómeno. Devido à sua relativa estabilidade socioeconómica e política na região, a imigração regular e irregular é uma realidade que tende a crescer, com implicações nos vários níveis da sociedade. Os dados estatísticos migratórios no país estão aquém do que realmente espelha a realidade actual.

Os movimentos migratórios internos têm sido associados, entre outros, aos factores políticos, a guerra civil dos 16 anos, as então incursões armadas dos países vizinhos, o crescimento das cidades bem como factores ambientais cíclicos manifestos em cheias, ciclones e secas. O contexto migratório moçambicano sugere uma forte movimentação interna entre as regiões e províncias do país. A partir do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007, as províncias são agrupadas em aquelas que são

de imigração interna (Manica e Maputo-Província), de emigração interna (Zambézia, Tete, Inhambane, e Gaza) e aquelas que se distinguem pelo revezamento de uma situação para outra: ora províncias de imigração ora de emigração (Cabo Delgado Niassa, Nampula, Maputo-cidade e Sofala).

Após o fim dos sucessivos conflitos armados, Moçambique tornou-se receptor de imigrantes provenientes de países africanos e de outros continentes, que procuram refúgio, emprego, ou pretendem desenvolver negócios, para melhorar as suas condições de vida. Os imigrantes africanos constituem a maioria em relação às outras nacionalidades. Estes optam por Moçambique, devido à situação socioeconómica e política relativamente estável, quando comparada com os seus países de proveniência. Igualmente, a expansão de infra-estruturas económicas e o ambiente de negócios favorável são propulsores da entrada de imigrantes em situação regular e sobretudo irregular, esta última, resultante da fragilidade das instituições do Estado em controlar as migrações, tanto ao longo das fronteiras como no interior do país.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo**. Em busca de soluções. Genebra: Documento do ACNUR, 1995.

ADAM, Yussuf. **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo**. Maputo: Edições Promédia, 2005.

ARAÚJO, M. Mendes; MUANAMOHA, Ramos. Migração indocumentada de Moçambique para África do Sul: Impacto socioeconómico nas comunidades de origem. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Migrações, AULP, III série, n. 24, 2011.

ARAÚJO, M. Mendes. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo**. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

ARAÚJO, M. Mendes (1990). As Migrações Internas e o Processo de Urbanização. In: _____. **Dinâmica Demográfica e Processos Económicos, Sociais e Culturais**. Série população e desenvolvimento. Doc. II, Maputo: CNP. Direcção Nacional de Estatística, 1990. p. 72-89.

ARAÚJO, M. Mendes. Os Espaços Urbanos em Moçambique. **GEOSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 16-182, 2003.

ARNALDO, Carlos; MUANAMOHA, Ramos. Tendências e Desafios do Crescimento da População em Moçambique. In: ARNALDO, Carlos; CAU, Boaventura (Org.). **Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique**. Maputo: Cepsa, 2013.

BADEN, Sally. **Post Conflict Mozambique: womens special situations, populations issues and gender perspectives.** Institute of development studies. Brington: UK, 1997.

BILALE, C. Castanheira. **A Mulher Migrante na Cidade de Maputo.** Maputo: Centro de Estudo da População (CEP), 2007.

BORGES, J. Paulo C. **Protected villages and comunal villages in the Mozambique Province of Tete (1968-1982):** A History of state resettlement policies, development and war. Bradford University: UK, 1993.

CARITAS INTERNATIONALIS. **“El rostro femenino de la migración”.** 2010. Saly/Senegal: conferência internacional, 30 de Novembro 2010.

CASAL, A. Yáñez. **Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais em Moçambique.** Lisboa: MCT, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVII, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

CEITA, Dinazalda. **Mulher migrante São Tomense e sua inserção no meio urbano.** Maputo: CAP/UEM, 2013.

CIDOB. Anuário Internacional (2004). **Migraciones en Sudáfrica.** Barcelona: CIDOB, 2004. p. 457-467. Disponível em: <www.cidob.org>. Acesso em: 19 maio 2014.

COSTA, Ana Bernard. **Famílias na Periferia de Maputo: Estratégias de sobrevivência e reprodução social.** Tese (Doutoramento em Estudos Africanos) – ISTEAG, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

COVANE, Luís. **Migrant labour and agriculture in southern Mozambique with special reference to lower Limpopo valley (1920-1992).** Tese de doutoramento. London, 1996.

DE VLETTER, Fion. Recent Trends and Prospects of Black Migration to South Africa. **RSA: The Journal of Modern Africa Studies**, v. 23, n. 4, 1985.

DE VLETTER, Fion. **Migration and Development in Mozambique: poverty, inequality and survival.** South Africa: SAMP Migration Policy Series n° 43, 2006. p. 4-32.

FARRÉ, Albert. Formas de investimento de poupanças no local de origem por emigrantes do sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane). In: BRITO, Luis de et al. (Org). **Protecção social: abordagem, experiência e desafios para Moçambique.** Maputo: IESE, 2010. p. 219-214.

GEFFRAY, Christian. **A causa das armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique.** Porto: Edições Afrontamento, 1991.

GUERRA HERNANDEZ, Héctor. Cooperación para el desarrollo en tiempos de internacionalismo: los hombres nuevos de Machel. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, v. 9, n.

1, p. 538-573, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vb/v9n1/18>>. Acesso em: 28 maio 2014.

HERNANDEZ, G. Garcia. Do Rand à RDA? Mobilização Compulsória, Práticas sociais e Estratégias de Mobilidade social. **Revista de D'Antropologia i investigaci3n social**, Barcelona, p. 63-83, 2009.

INE. **III RGPH - Recenseamento Geral da Popula33o e Habita33o. Resultados Definitivos**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2007.

IOM. **The future of Migration: building capacities for change**. Switzerland: Geneva, 2010.

JACKSON, John. **Migra333es**. Lisboa: Escher, Fim de S33culo Edi333es Lda, 1991.

MAPENGO, Manuel. **Migra333o rural-urbana e crescimento da popula33o da cidade de Maputo**. Maputo: Publiflix Lda, 2011.

MONTECLOS, Pérouse de. **Les Nouveaux enjeux de L'immigration en Afrique du Sud**. Afrique Contemporaine. 4to Trimestre, 1997.

MPF. **Moçambique: Polítca Nacional da Popula33o**. 2008. Maputo: Relatório, 30 jul. 2008.

MUANAMOHA, R. Cardoso. **Dynamics of Undocumented Mozambican Labour Migrations to South Africa**. Germany: VDM, Verlag Dr Muller GmbH & co. KG, 2008.

MUANAMOHA, Ramos; RAIMUNDO, In33s. A dinâmica migrat33ria em Moçambique. In: ARNALDO, Carlos; CAU, Boaventura (Org.). **Dinâmicas da Popula33o e Saúde em Moçambique**. Maputo: Cepsa, 2013.

NEVES, J. M. **Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930- 1965: A case Study of Manica Province**. University of London: Phd dissertation, 1998.

Patrício, Gonçalves. **Moçambique: Guerra e Minas Terrestres**. A (des) constru33o da realidade social nas comunidades rurais de Matutuíne. Maputo: Imprensa Universit33ria – UEM, 2011.

PEIXOTO, João. Migra333es e mobilidade: conceitos e problemas de medi333o. **Episteme**, Universidade T33cnica de Lisboa, ano III, n. 7-8-9, p. 277-295, 2001.

RAIMUNDO, In33s. Mobilidade da popula33o, pobreza e feiti33aria no meio rural de Moçambique. In: **Revista Científica Inter-Universit33ria Economia, Polítca e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 13-39, dez. 2009a.

RAIMUNDO, In33s. International Migration Management and Development in Mozambique: What Strategies? **International Migration Review**, v. 47, n. 3, p. 93-122, jul. 2009b.

RAIMUNDO, Inês. **Gender choice and migration in Mozambique**. Household dynamics and urbanization in Mozambique. Germany: VDM, Verlag Dr Muller GmbH & co. KG, 2009c.

RAIMUNDO, Inês. Immigration and refugee policy in Mozambique: The experiences of refugees from Maratane refugee camp. WORKSHOP discussion on refugee status determination and rights in sub-saharan Africa, Kampala, 2011. Anaiss... Kampala, 2011.

RENNER, H. Cecilia; PATARRA, Nudel. Migrações. In: SANTOS, F. Jair et al. (Org.). **Dinâmicas da População**. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1980. p. 237-274.

SARMENTO, Enilde et al.. **Imigração em Moçambique**: Impacto sociopolítico, económico e cultural. Maputo: ISRI, 2009.

VIDAL, Dominique. Vivre sur fond de frontières. Les Migrants du Mozambique à Johannesburg. **Cultures et conflits en ligne**, n. 72, p. 101-117, 2008. Disponível em: <<http://conflits.revues.org/17301>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

WATERHAOUSE, R. & Lauriciano. Contexto Político e institucional da Protecção social em Moçambique. In: BRITO, Luis de. (Org.). **Protecção social em Moçambique, abordagens desafios e experiências**. Maputo: edição IESE, 2010.

WETIMANE, Francisco. **A imigração ilegal em Moçambique**: o caso dos migrantes Somalis. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais) – Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

WORLD MIGRATION REPORT. **The future of Migration**: building capacities for change. Geneva: IOM, 2010.

Recebido para publicação em 16/02/2016
Aceito para publicação em 19/04/2016